

Indea Tangará da Serra continua com atividades paralisadas

>> Rosi Oliveira
Redação DS

Como é sabido de toda a população tangaraense, há vários dias, servidores públicos estaduais deflagraram greve em todo o estado, o que paralisou vários serviços prestados à população.

Há alguns dias atrás, o governo divulgou nota informando ter conseguido na justiça, liminar que considerou a greve ilegal, e determinou o retorno imediato a prestação dos serviços.

Diferentemente do que divulgaram sites da capital do estado, ainda não há, pelo menos em Tangará da

Serra, categoria que tenha retornado aos trabalhos.

Dentre as categorias determinadas na liminar está o Instituto de Defesa Agropecuária do Estado de Mato Grosso (Indea), que continua com as atividades paralisadas. “Paralisamos os trabalhos no dia 06 de junho, e no dia 09, a través de liminar, foi determinado o retorno, pelo fato da greve ter sido considerada ilegal. Mas até o momento, o Sindicato dos Trabalhadores do Sistema Agrícola, Agrário e Pecuário do Mato Grosso (Sintap), que representa a maior parte dos servidores, ainda não foi intimado dessa decisão, apenas o Sindicato dos Fiscais Esta-

duais de Defesa Agropecuária e Florestal do Estado de Mato Grosso (Sinfa), foi, e ele representa apenas um cargo específico”, pontuou, o responsável pela unidade local, Samuel Francisco.

“Ainda não fomos intimados da decisão, e somente após isso ocorrer, é que será decidido se voltaremos ou não. A orientação que a gente tem, do nosso sindicato que é o Sintap, é de manter a greve. Eu, enquanto responsável pela unidade não tenho nada oficial do Sinfa dizendo que é para voltar a trabalhar, portanto, pelo menos por essa semana não voltaremos”, finalizou.



“Em reunião realizada ontem, decidimos que manteremos pelo menos essa semana a paralisação”, disse Samuel

PROTESTO RGA

Grevistas fazem protesto e lavam calçadas de órgãos públicos

>> G1 MT

Os servidores estaduais lavaram as calçadas do prédio da Secretaria Estadual de Educação (Seduc) e de outros órgãos públicos, no Centro Político Administrativo, em Cuiabá, nesta segunda-feira.

Segundo o presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Público de Mato Grosso (Sintep), Henrique Lopes, a intenção dos profissionais, que estão em greve desde o dia 31 de maio para cobrar o pagamento de 11,28% da Revisão Geral Anual (RGA), é mostrar o posicionamento da categoria em relação às fraudes em licitações da Seduc, que vieram à tona com a Operação Rêmora.

“Hoje foi o dia de lavar a calçada do órgão, que, nesse governo, foi o primeiro onde se descobriu o indício de corrupção envolvendo empresas privadas. Cada centavo faz falta para a educação. A relação que se tem hoje com o setor privado já mostrou que alguém está se beneficiando com o dinheiro público”, afirmou o sindicalista, se referindo ao projeto do governo para firmar Parceria Público-Privada (PPP) na educação.

Os servidores ainda varreram as calçadas do Palácio Paiaguás [sede do governo estadual], da Secretaria Estadual de Infraestrutura (Sinfra), da Federação Matogrossense de Agricultura (Famato) e da Secretaria Estadual de Saúde (SES).



Servidores lavaram calçadas da Seduc contra PPPs e fraudes em licitações

PARALISAÇÃO

Greve dos Servidores Públicos prossegue em Tangará da Serra

>> Rosi Oliveira
Redação DS

Iniciada no dia 31 de maio, a greve dos servidores chega a 21 dias, e não acena com possibilidade de acordo.

Os servidores, continuam em sua grande maioria paralisados, apesar do governo já ter

conseguido liminares, assegurando que a greve é ilegal.

Apesar das afirmativas de corte de ponto, e de nenhuma certeza do pagamento total da Reposição Geral Anual, as paralisações continuam em vários setores.

Em Tangará da Serra, Policiais Cíveis, Agentes Penitenciários, Indea,

Sintep, continuam no movimento, assegurando o retorno às atividades, somente após recuo do Governo do Estado, e a certeza de que os direitos de todos serão respeitados. Até o momento, o estado fez quatro propostas para as cerca de 30 categorias paralisadas, mas todas foram rejeitadas pelo funcionalismo público.

A última proposta apresentada pelo governo consiste na minuta de um projeto de lei que previa o pagamento de 6% da RGA em três parcelas, até abril de 2017, e condicionava a quitação da recomposição ao ato de não extrapolar o limite de gastos com pessoal previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

FAÇA SUA DOAÇÃO

ROUPA - BRINQUEDO - MÓVEL

DEPÓSITO MUNICIPAL

DISQUE SOLIDARIEDADE

(65) 9204-6840 | (65) 9326-8118

Sala da
Mulher
Tangará da Serra